

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2024**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 2/2024**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

TCE/SC:

## 1. PRÉAMBULO

1.1. O Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

- I - **Regime legal:** Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 9837/2023 e Decreto Municipal nº 9945/2023.
- II - **Modalidade:** Pregão (art. 6º, XLI)
- III - **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por lote.
- IV - **Modo de disputa:** Aberto
- V - **Forma:** Eletrônico (art. 17, § 2º)
- VI - **Plataforma:** Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);
- VII - **Data/horário limite para apresentação da PROPOSTA:**
  - a) Recebimento das propostas será das 08h30min do dia 29/04/2024 até às 08h00min do dia 13/05/2024
- VIII - **Data/horário da sessão pública:**
  - a) Abertura das propostas: 13/05/2024 às 08h30min;
  - b) Início da sessão de disputa de lances: dia 13/05/2024 às 08h30min**
  - c) Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;
  - d) Tempo de disputa: 10(dez) minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

## IX - Condução do processo licitatório:

- a) Pregoeiro e Equipe de Apoio (art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no regulamento municipal Decreto nº 9841/2023.

## 2. OBJETO

2.1. O objeto deste processo licitatório é **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

### 2.1.1. O objeto é composto pelos seguintes itens:

Nº Lote: 1

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	347,7500	173.875,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>173.875,00</b>

Nº Lote: 2

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	171,6000	85.800,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO E VULVA (ATA).	96,6700	9.667,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERESE DE LESÕES DE VULVA.	233,3300	23.333,00
200,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: BIOPSIA DE VULVA.	233,3300	46.666,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: DRENAGEM DE BARTOLINITE.	213,3300	21.333,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERESE DE PÓLIPO ENDOCERVICAL.	233,3300	23.333,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>210.132,00</b>

Nº Lote: 3

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PEDIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	216,6700	108.335,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>108.335,00</b>

Nº Lote: 4

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	423,3300	211.665,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>211.665,00</b>

Nº Lote: 5

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GERIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	280,0000	140.000,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>140.000,00</b>
			<b>Total Geral dos Lotes:</b>	<b>844.007,00</b>

2.2. O objeto está fundamentado (art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021):

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**);
- II - Termo de Referência – TR (**ANEXO II**).

2.3. Valor do objeto: O custo estimado total da contratação foi levantado em conformidade com os orçamentos, sendo o valor estimado em R\$ 844.007,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e sete reais).

2.4. SUBCONTRATAÇÃO: Na execução do contrato é vedada ao contratado a subcontratação do objeto.

### 3. CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por

seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronei Freitas/SC, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2.3.** O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.2.4.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

**4.1.1.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio na [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**4.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021).

**4.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

#### 5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**5.1.** São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

**a)** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

**b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens

a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

**c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

**d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

**Obs. 1:** Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

**e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

**f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

**g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

**h)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

**i)** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

**j)** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

**k)** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

**5.2.** O licitante **deverá** apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (ANEXO III).

## **6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**

**6.1.** Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

**6.2.** O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

**6.3.** O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**6.4.** O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (ANEXO IV).

**6.5.** É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.



**6.6.** O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**6.7.** As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

**6.8.** O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**6.9.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**6.10.** As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**6.11.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

**6.12.** Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

**6.13.** A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, deverá acessar o [link www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br) e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail [controle@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:controle@coronelfreitas.sc.gov.br).

## 7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

**7.1.** Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.2.** Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

- I - Sociedade empresária;
- II - Sociedade simples;
- III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:
  - a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;
  - b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

**7.3.** Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam:

- I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006;
- II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

**7.4.** Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (ANEXO V) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).



**7.5.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

## **8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**8.1.** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

**8.2.** A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

**8.3.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

**8.4.** Na fase de habilitação:

**I - TÉCNICA:** é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

**II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

**b)** Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**8.5.** A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

**I -** Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

**II -** Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

## 9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

**9.1.** Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

**I -** A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

**a)** Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;*

**b)** Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

**c)** Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.*

**II -** A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

**III -** Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

**IV -** O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**9.2.** Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

## 10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

**10.1.** Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

**I -** Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua

realização e assinatura dos responsáveis;

**II -** Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

**III -** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

**IV -** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

**V -** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

**VI -** Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

**VII -** É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

## **11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO**

**11.1.** Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

**11.2.** A fase RECURSAL será única.

**11.3.** Após a fase de julgamento da proposta e da habilitação, será aberta a fase recursal, o qual permitirá o registro da intenção de recurso durante o prazo de 15 (quinze) minutos.

## **12. PROPOSTAS**

**12.1.** Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos após a sessão pública.

**12.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**A PROPOSTA DE PREÇOS, NESTE MOMENTO, NÃO DEVERÁ CONTER DADOS QUE IDENTIFIQUEM A LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

**12.3.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**12.4.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**12.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**12.5.1.** Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

- I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;
- II - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;
- III - Elaborar sua proposta levando em consideração a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);
- IV - Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;
- V - A proposta deverá ter validade mínima contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

**12.5.2.** O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal<sup>1</sup>.

**12.5.3** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**12.6.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar

---

<sup>1</sup> **Violação de sigilo em licitação**

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

**12.7.** No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

## **12.8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**12.9.** O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.

**12.10.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**12.11.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**12.12.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**12.13.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**12.14.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**12.15.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**12.16.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

**12.17.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**12.18.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**12.19.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**12.20.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**12.21.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**12.22.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**12.23.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**12.24.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

**12.25.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**12.26.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**12.27.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**12.28.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**12.29.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**12.30.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

### **13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP**

**13.1.** Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame

ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU):

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**13.2.** A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

**13.3.** A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

**13.4.** A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal<sup>2</sup>.

## 14. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**14.1.** Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

---

<sup>2</sup> **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.2.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada

**14.3. EXEQUIBILIDADE:**

**14.3.1.** O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**14.3.2.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 70% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal.

II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: 75% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º)

**14.4. EMPATE:**

**14.4.1.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

**14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:**

**14.5.1.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

**III -** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**IV -** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

**14.5.2.** Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se procederá da seguinte forma:

**I -** O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

**II -** Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III -** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **14.6. NEGOCIAÇÃO:**

**14.6.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**14.6.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**14.6.3.** A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**14.6.4.** Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

## 15. DA HABILITAÇÃO

**15.1.** Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de até 2 (duas) horas para anexar no sistema).

**15.1.1.** Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

**15.2.1** Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**15.3.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**15.3.1.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

## 15.4. PESSOA JURÍDICA



**I -** Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91 (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021)

**II -** HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

**i)** Estatuto ou contrato social;

**ii)** Ato constitutivo;

**iii)** Registro comercial;

**iv)** Decreto de autorização.

**III -** HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**a)** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social:

**d)** Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;

**e)** Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

**f)** Regularidade com o FGTS:

**g)** Regularidade com a Justiça do Trabalho:

**h)** Cumprimento do art. 7º, XXXIII da CF/88: *proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

**IV -** HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**a)** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**V -** HABILITAÇÃO TÉCNICA

**a)** Cópia da Carteira de Registro do profissional no Conselho Regional de Medicina.

**b)** Certificado de Registro de Qualificação de Especialista (RQE)

**b.1)** Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

**b.2)** Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

**c)** Inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do logradouro idêntico aos constantes dos alvarás e contrato social, e a Ficha Cadastral de Estabelecimento de Saúde comprovando a vinculação do (s) profissional (is) da licitante ao CNES.

**d)** Apresentar atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado do qual está participando.

**15.4.1.** Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**15.4.2.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

## **16. RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO**

**16.1.** Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Julgamento das propostas;
- II -** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III -** Anulação ou revogação da licitação;

**IV -** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**16.2.** Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

**I -** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

**II -** A apreciação dar-se-á em fase única.

**16.3.** O recurso para os casos indicados no item 1:

**I -** Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

**II -** Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

**III -** Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte);

**IV -** Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte);

**V -** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**16.4.** Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**16.5.** Quando aplicada sanção prevista no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

**I -** Cabe recurso (art. 166 da Lei nº 14.133/2021):

**a)** Sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 desta Lei;

**b)** Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração (art. 167 da Lei nº 14.133/2021):

a) Sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 desta Lei;

b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

#### 16.6. Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021);

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

## 17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

**17.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**17.3.** O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**17.4.** Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**17.5.** A anulação do processo de contratação induz à da ata de registro de preços e/ou do contrato.

## **18. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1.** Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

**I -** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021);

**II -** Serão registrados os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

**III -** Será incluído, podendo ser na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;

**a)** Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

**IV -** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

**V -** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços será respeitada nas contratações;



**VI -** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

**VII -** O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata no prazo de 05 (cinco) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município;

**VIII -** É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

**IX -** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar os termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

**a)** Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**b)** Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**X -** Conforme art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada;

**XI -** A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**XII -** O compromisso de que trata o item X também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme art. 82, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

**XIII -** O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art.

156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**XIV -** Conforme art. 84, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021, o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços;

**XV -** O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021;

**XVI -** O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos);

**XVII -** Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

**XVIII -** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocorrendo negociações junto aos fornecedores;

**XIX -** A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados;

**XX -** O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa;

**XXI -** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

- a)** O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

**b)** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**XXII -** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

**a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

**c)** Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**XXIII -** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**a)** Por razão de interesse público;

**b)** A pedido do fornecedor;

**c)** Descumprir as condições da ata de registro de preços;

**d)** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;

**e)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**f)** Sofrer sanção prevista no inciso III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

**g)** For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

**XXIV -** O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa

**XXV -** Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada por este Município.

## 18.2. GESTÃO DA ATA

O gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços será a senhora Simone Zanella Strada nomeada pelo Decreto Municipal nº9841/2023.

## 18.3. FISCALIZAÇÃO DA ATA

O acompanhamento da execução do contrato ficará a cargo da servidora, a senhora Darlea de Cezaro, que irá fiscalizar os prazos, as especificações técnicas, bem como comunicar à CONTRATADA, formalmente, o descumprimento de quaisquer dos itens deste instrumento.

## 19. RECEBIMENTO DO OBJETO

**19.1.** Os serviços/materiais serão solicitados através de Autorização de Fornecimento.

**19.2** A prestação dos serviços deverá iniciar em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

**19.3** A Secretaria Municipal de Saúde do município deve disponibilizar as condições e materiais necessários para a realização dos atendimentos e procedimentos que serão realizados.

**19.4** Os atendimentos serão realizados presencialmente, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde do município, e agendados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, semanalmente, em acordo com o profissional contratado.

**19.5** Fica a cargo da contratada o custo com deslocamento até o local da prestação do serviço, assim como, despesas com alimentação;

**19.6** Os licitantes contratados deverão executar as atividades conforme descrito a seguir:

- a) O médico especialista em Ginecologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá executar atendimento na área de ginecologista, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes, bem como

executar qualquer outra atividade que, por natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área. Também serão realizados pelo médico ginecologista os procedimentos ginecológicos sendo: cauterização de colo uterino e vulva (ATA), exérese de lesões de vulva, biopsia de vulva, drenagem de bartolinite, exérese de pólipos endocervicais.

- b) O médico especialista em Pediatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- c) O médico especialista em Neurologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- d) O médico especialista em Psiquiatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- e) O médico especialista em Geriatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêuticos e

acompanhamento de pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.

**19.7** Os licitantes contratados devem observar e prezar pela confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, conforme disposto na Lei nº. 13.709 de 14 de agosto de 2018 e alterações posteriores.

**19.8** Os licitantes contratados deverão utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para preenchimento de prontuário eletrônico e para liberação de eventuais exames necessários para o atendimento e diagnóstico de pacientes

**19.9** O recebimento provisório e definitivo, é determinado pelo decreto nº. 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela lei federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão:

II - Serviços que não são de engenharia: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

1º As notas fiscais com aposição de carimbos de recebimentos provisório e definitivo e/ou com formulários (Anexo I), que indiquem regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato, deverão ser entregues para Setor de Compras.

Serviços que não são de engenharia:

a) Provisório:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. Nome e assinatura de quem recebeu;
6. Data do recebimento;
7. Informação de que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo.



b) Definitivo:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. O serviço atende as exigências contratuais, incluindo as habilitatórias?
6. Nome e assinatura de quem recebeu;
7. Data do recebimento

## 20. PAGAMENTO DO OBJETO

**20.1.** No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

**20.2.** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

**IV -** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

**V -** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

**20.3.** A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**20.4.** O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**20.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.1.** A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**Obs. 1:** A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado (art. 145, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**20.6.2.** Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**20.7.** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

**20.8.** O Município de Coronel Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023.

**20.8.1.** O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

**20.8.2.** As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente (2024);

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
<b>Total:</b>			<b>R\$ 0,04</b>
<b>Total Geral:</b>			<b>R\$ 0,04</b>

## 21. INFRAÇÕES E SANÇÕES

**21.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

**21.2.** Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

<p>Advertência (art. 156, § 2º).</p>	<p>I</p> <p>Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave</p> <p>Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).</p>
<p>Multa de 10%</p>	<p>Qualquer infração (art. 156, § 3º).</p>
<p>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Coronei Freitas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).</p>	<p>II</p> <p>III</p> <p>IV</p> <p>V</p> <p>VI</p> <p>VII</p> <p>Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.</p> <p>Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).</p>

<p>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).</p>	<p>VIII IX X XI XII</p> <p>Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).</p>
--	--

**21.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.4.** Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II - Incisos III e IV do item 1:
  - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
  - b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

- c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
- i)** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
  - ii)** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
  - iii)** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**21.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

**21.6.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

**21.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).



**21.8.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

**21.9.** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

**21.10.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

**21.10.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

**21.11.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de XXX, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**21.12.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

**22.1.** É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**22.2.** Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o art. 183 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

**22.3.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Página do Município de Coronel Freitas (o link [www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br));
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);
- III - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

**22.3.1.** O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

**22.4.** São anexos deste edital:

- I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
- II - Termo de Referência – TR
- III - Declaração inexistência de impedimentos
- IV - Declaração LGPD
- V - Declaração para LC 123/2006
- VI - Proposta + Declaração art. 63, § 1º
- VII - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação (facultativa)
- VIII - Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social
- IX - Ata de Registro de Preços

**X - Dados da Empresa**

**22.5.)** Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

**22.6.** As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coronei Freitas/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Coronei Freitas, 08 de abril de 2024.**

**Delir Cassaro**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 05/2024 - SMS**

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, c/c art. 18, §§ 1º e 2º.

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

Se faz necessária a contratação de serviços médicos, com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), nas áreas de ginecologia, psiquiatria, neurologia, pediatria e geriatria, para manutenção e desenvolvimento das ações da secretaria municipal de saúde deste município, e suprir as demandas assistenciais as quais devem ser atendidas por esses serviços, de forma a não interromper a oferta assistencial já existente no município de Coronel Freitas – SC.

### **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

O serviço a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

O licitante deverá comprovar que atividade que desenvolve é pertinente ou compatível com o objeto que será licitado, devendo apresentar regularidade fiscal, trabalhista, previdenciários e comerciais

Cópia da Carteira de Registro do profissional no Conselho Regional de Medicina.

Certificado de Registro de Qualificação de Especialista (RQE)

a) comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is), o qual deverá ser feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o(s) nome(s) do(s) profissional(ais).

a.1) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

a.2) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

Inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do logradouro idêntico aos constantes dos alvarás e contrato social, e a Ficha Cadastral de Estabelecimento de Saúde comprovando a vinculação do (s) profissional (is) da licitante ao CNES.

Apresentar atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado do qual está participando.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.**

No levantamento de mercado algumas opções foram levantadas para atender a necessidade da Administração:

- A possibilidade de o serviço ser realizado por profissionais que compõem o quadro permanente ou celetista do município. No momento não há profissional especialista em ginecologia, psiquiatria, neurologia, pediatria e geriatria em nossos quadros nem previsão de realização de concurso ou processo seletivo nestas áreas;
- A possibilidade de encaminhar os pacientes através dos agendamentos via consórcio CisAmosc, que já é uma prática usual da maioria dos municípios do oeste de Santa Catarina, mas em levantamentos realizados pela secretaria em anos passados, foi verificado que a demanda represada para encaminhamentos desta natureza eram altos, e para diminuir prazo de fila de espera, diminuir custos de transporte e também proporcionar um atendimento humanizado e efetivo, o município criou um programa de atendimento nas unidades de saúde de especialista das áreas mais demandadas pelo usuários do SUS do município;
- A aquisição dos serviços através de processo licitatório na modalidade de registro de preços, e utilizando a técnica de menor preço, tendo em vista tal modalidade selecionar a proposta mais vantajosa dentro do orçamento fixado, dentre os profissionais habilitados que se candidatarem a participar do processo.

Das soluções elencadas acima, a terceira solução é a que mais se enquadra nas necessidades do município, pois é adquirida por demanda, portanto não gera custos desnecessários, atende as necessidades do Programa de Especialidades já desenvolvido no município com atendimentos dentro das unidades de saúde.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

Os serviços serão prestados presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nas unidades básicas de saúde, de acordo com a necessidade dos atendimentos, os atendimentos serão agendados pela secretaria em dias e horários determinados pelo setor de agendamento da secretaria.

Fica a cargo da contratada o custo com deslocamento até o local da prestação do serviço, assim como, despesas com alimentação;

Os licitantes contratados deverão executar as atividades conforme descrito a seguir:

- a) O médico especialista em Ginecologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá executar atendimento na área de ginecologista, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área. Também serão realizados pelo médico ginecologista os procedimentos ginecológicos sendo: cauterização de colo uterino e vulva (ATA), exérese de lesões de vulva, biopsia de vulva, drenagem de bartolinite, exérese de pólipo endocervical.
  
- b) O médico especialista em Pediatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.



- c) O médico especialista em Neurologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- d) O médico especialista em Psiquiatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- e) O médico especialista em Geriatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutico e acompanhamento de pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades , medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.

Destaca-se ainda, a necessidade por parte dos licitantes contratados de manter atualizados os prontuários médicos dos pacientes, justificar por escrito as razões técnicas alegadas a respeito das decisões no caso de não realização de qualquer ato profissional previsto neste estudo.

Os licitantes contratados devem observar e prezar pela confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, conforme disposto na Lei nº. 13.709 de 14 de agosto de 2018 e alterações posteriores.

Mensalmente deverá ser emitida nota fiscal referente aos serviços prestados e encaminhado para a Secretaria municipal de Saúde do Município.

Os licitantes contratados deverão utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para preenchimento de prontuário eletrônico e também para liberação de eventuais exames necessários para o atendimento e diagnóstico de pacientes.

**5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

A quantidade mínima foi estimada baseada nos históricos de registros.

Lote	Item	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Especificação	Unid.
1	1	200	500	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em psiquiatra com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).	un
2	1	200	500	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).	un
2	2	50	100	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: cauterização de colo uterino e vulva (ata).	un
2	3	50	100	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: exérese de lesões de vulva.	un
2	4	100	200	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: biópsia de vulva.	un
2	5	50	100	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: drenagem de bartolinite.	un
3	1	50	100	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro de Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: exerce de pólipo endocervical.	un
4	1	200	500	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em pediatria com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).	un
5	1	200	500	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em neurologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).	un
6	1	200	500	Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em geriatria com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).	un

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.**

Para verificar o valor de mercado, foram feitas consultas junto a empresas prestadoras de serviços de saúde nas especialidades necessárias em nosso município e municípios vizinhos.

Os profissionais que apresentaram orçamentos foram:

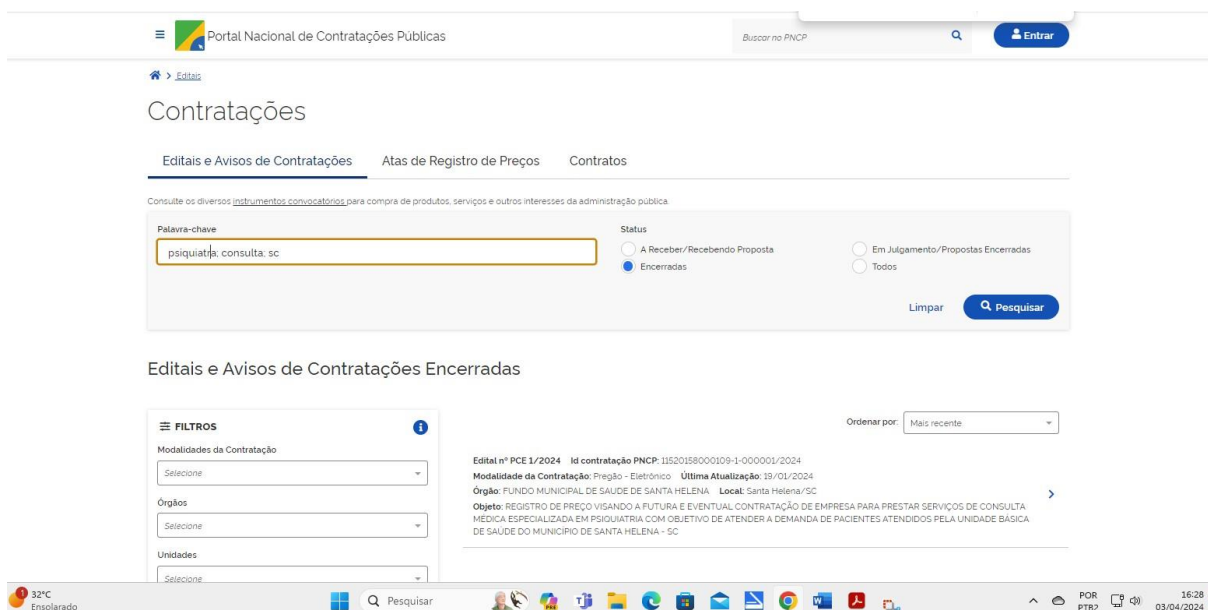
<b>Psiquiatria</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Manuela Nervis	500	R\$ 400,00	R\$ 200.000,00
Renato Pagani	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Enzo Vicente Bertholdo	500	R\$ 510,00	R\$ 255.000,00
Processo 11520158000109-1-000001/2024	500	R\$ 181,00	R\$ 90.500,00
<b>Ginecologia - Consultas</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	500	R\$ 150,00	R\$ 75.000,00
Marindia Sitta	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Maria Del Pilar Valente	500	R\$ 168,00	R\$ 84.000,00
Processo 11583359000155-1-000003/2024	500	R\$ 120,00	R\$ 60.000,00
Processo 80912108000190-1-000031/2024	500	R\$ 120,00	R\$ 60.000,00
<b>Ginecologia - Cauterização de colo uterino e vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00
<b>Ginecologia - Exereses de lesões de vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00
<b>Ginecologia - Biopsia de vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	200	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
Marindia Sitta	200	R\$ 350,00	R\$ 70.000,00
Maria Del Pilar Valente	200	R\$ 250,00	R\$ 50.000,00
<b>Ginecologia - Drenagem de Bartolinite</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
<b>Ginecologia - Exereses de pólipos endocervicais</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00
<b>Pediatria</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Ricardo Farias	500	R\$ 150,00	R\$ 75.000,00
Rafael Bottega	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
Morgana de Freitas Pandolfo	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
<b>Neurologia</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Marcelo Lemos	500	R\$ 600,00	R\$ 300.000,00
Thalita Martinelli	500	R\$ 400,00	R\$ 200.000,00
Matheus Henrique de Araujo Santos	500	R\$ 270,00	R\$ 135.000,00
<b>Geriatría</b>			
Página 45 de 125			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Ariele Di Doménico	500	R\$ 240,00	R\$ 120.000,00
Alessandro Soares Verffel	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Juliano Brustolin	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00

Em pesquisa realizada no PNCP, foram localizados os processos listados abaixo:

### Psiquiatria:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 11520158000109-1-000001/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

Para esta área no estado de Santa Catarina, foi encontrado apenas um processo vigente, conforme resultados de pesquisa abaixo:

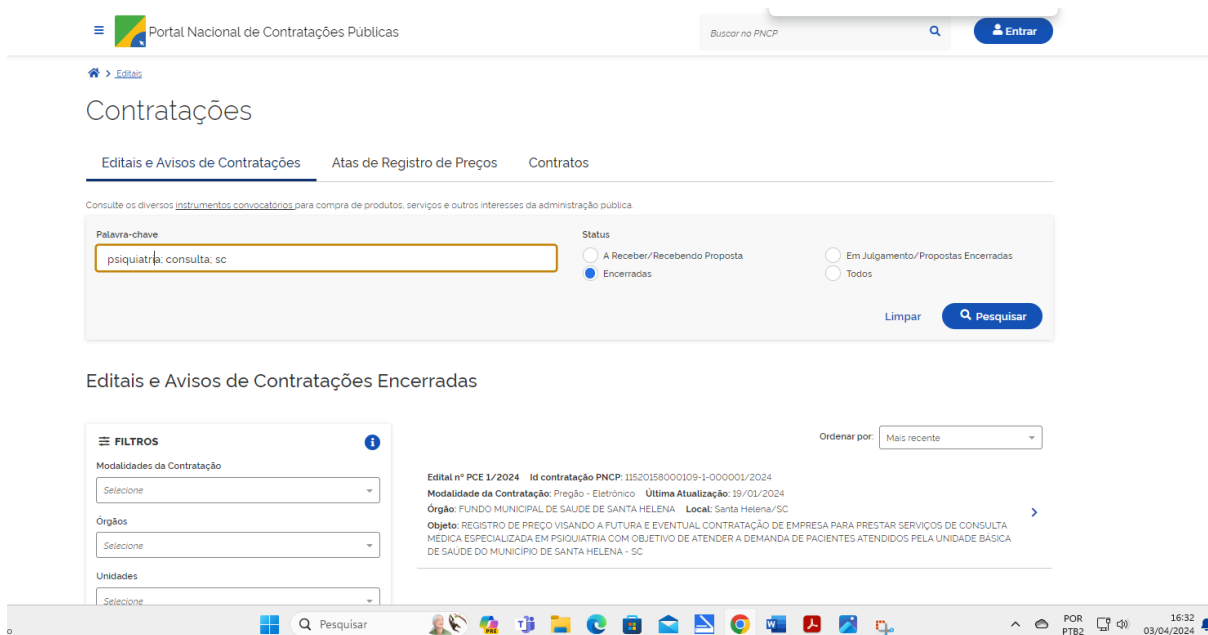


The screenshot shows the search results on the Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). The search term is "psiquiatria, consulta, sc". The results are filtered to show "Encerradas" (Closed) status. The search results list one item:

Edital nº	Id contratação PNCP
PCE 1/2024	11520158000109-1-000001/2024

Additional details for the item:

- Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico
- Última Atualização: 19/01/2024
- Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA
- Local: Santa Helena/SC
- Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES ATENDIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC



This is a duplicate of the screenshot above, showing the same search results on the PNCP portal for the keyword "psiquiatria, consulta, sc".

### Ginecologia:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 13954199000139-1-000022/2023, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado do Rio Grande do Sul, ID contratação 76205814000124-1-000049/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 11583359000155-1-000003/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 80912108000190-1-000031/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

### Pediatria:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 95990115000187-1-000002/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, a forma de entrega do objeto não se assemelha aos parâmetros pretendidos.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 09129733000103-1-000004/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, o objeto pretendido no processo citado é correspondente a consulta médica em especialidade de cirurgia pediátrica.

### Neurologia:

Processo vigente no estado do Rio Grande do Sul, ID contratação 06205888000185-1-000006/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se



assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado do Paraná, ID contratação 76208818000166-1-000026/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

#### Geriatría:

ID 51391197000178-1-000057/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido por se tratar de teleatendimentos.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID 01336261000140-1-000178/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão hospitalar, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

O custo estimado total da contratação foi levantado em conformidade com os orçamentos, sendo o valor estimado conforme a tabela a seguir, considerando as quantidades estimadas:

Nº Lote: 1

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	347,7500	173.875,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>173.875,00</b>

Nº Lote: 2

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	171,6000	85.800,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO E VULVA (ATA).	96,6700	9.667,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERESE DE LESÕES DE VULVA.	233,3300	23.333,00
200,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: BIOPSIA DE VULVA.	233,3300	46.666,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: DRENAGEM DE BARTOLINITE.	213,3300	21.333,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERECE DE PÓLIPO ENDOCERVICAL.	233,3300	23.333,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>210.132,00</b>

Nº Lote: 3

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PEDIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	216,6700	108.335,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>108.335,00</b>

Nº Lote: 4

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	423,3300	211.665,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>211.665,00</b>

Nº Lote: 5

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GERIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	280,0000	140.000,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>140.000,00</b>
			<b>Total Geral dos Lotes:</b>	<b>844.007,00</b>

## 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

A definição da realização do certame por lotes se deu em razão da natureza complementar dos serviços prestados por médico especialista em Ginecologia e os demais procedimentos ginecológicos que estão listados no certame, para que não haja prejuízos aos pacientes e nem ao erário público é fundamental que tanto a consulta de avaliação quanto os procedimentos sejam realizados pelo mesmo profissional, não

gerando assim a necessidade de reconsultas por outros profissionais para que seja possível a realização dos procedimentos nos pacientes já diagnosticados.

Já para as demais consultas especializadas a disputa será por item, apenas figurando em lotes, pois tecnicamente este é um o processo necessário para a realização do processo administrativo, em razão de especificidades do sistema.

#### **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.**

A presente contratação não guarda relação ou afinidade com outras contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao presente objeto.

#### **9. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.**

O município de Coronel Freitas ainda não possui Plano de Contratações Anual.

#### **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

A contratação dos serviços médicos nas especialidades listadas garantirá manutenção e desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde deste município, suprirá as demandas assistenciais que serão atendidas por esses serviços, dando continuidade à oferta assistencial já existente no município de Coronel Freitas – SC.

Ressalta-se a importância do Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) para atender as demandas de benefícios concedidos pelo estado, tendo em vista ser requisito para tal concessão.

#### **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com suas unidades básicas de saúde está adequada para receber tais serviços.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecida para as aquisições realizadas pela Administração Pública, os materiais empregados na execução do serviço, deverão observar, no que couber, as legislações vigentes.

**13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.**

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, conclui-se pela modalidade de registro de preços, e utilizando a técnica de menor preço para futura aquisição serviços médicos de ginecologia, pediatria, neurologia, psiquiatria, geriatria, fonoaudiologia e nutrição, possuidores do Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades básicas do município de Coronei Freitas/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, uma vez que a contratação de tais serviços assegurará a manutenção e desenvolvimento das ações e suprimento das demandas já existentes no município de Coronei Freitas/SC.

Coronei Freitas - SC, 04 de abril de 2024.

---

**Jéssica Daniel**

**Diretora do Departamento de Saúde**

**ANEXO “I”**

**PESQUISA DE MERCADO**

**PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS:**

## Ato de Contratação Direta nº 187 | Processo 253/2023

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 18/09/2023

Local: Caibi/SC Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC Unidade compradora: 0002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI

Modalidade da contratação: Dispensa de Licitação Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II Tipo: Ato de Contratação Direta Modo de Disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 18/09/2023 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 13954199000139-1-000022/2023 Fonte: GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVIÇO DE 70 CONSULTAS GINECOLOGIA E OBSTETRICIA NA UNIDADE BASICA DE SAUDE 01

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 2.520,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

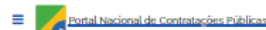
R\$ 2.520,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	SERVICO MEDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA	21	R\$ 120,00	R\$ 2.520,00	

04/04/2024, 08:37

Portal Nacional de Contratações Públicas



Entrar

[Início](#)

## Ato que autoriza a Contratação Direta nº 132 | Processo 151/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 01/04/2024

Local: Chapecó/SC Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC Unidade compradora: 0000 - Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-A)

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, IV Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de Disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 01/04/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 01336261000140-1-000178/2024 Fonte: GovernançaBrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Objeto:

Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de saúde nas áreas de assistência e atendimento médico em regime ambulatorial ou hospitalar de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia serviços odontológicos excluídos os serviços de urgência e emergência e fornecimento de orteses próteses e materiais especiais OPM's complementando serviços de saúde ofertados pela rede de saúde pública aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS.

Informação complementar:

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 11.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 11.000,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	03.01.01.007 2 GERIATRIA	100	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00	

Exibir 11 de 1 itens

Página




[< Voltar](#)



04/04/2024, 08:28

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰  Portal Nacional de Contratações Públicas



👤 Entrar

🏠 > [Freitas](#)

## Ato que autoriza a Contratação Direta nº IL 55/2024

Última atualização 03/04/2024

**Local:** Criciúma/SC **Órgão:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE MACRO SUL **Unidade compradora:** 1 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE MACRO SUL

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, IV **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de Disputa:** Não se aplica

**Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 03/04/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 51391197000178-1-000057/2024 **Fonte:** Betha Sistemas

### Objeto:

Contratação de PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEMEDICINA NA MODALIDADE DE TELECONSULTA, para atendimento à demanda acometida pelos municípios consorciados ao CIS - MACRO SUL, devidamente justificado pelo Edital de Chamamento Público nº 001/2024, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, pela Resolução CIS - MACRO SUL nº 09/2023.

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 5.953.046,40

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
6	Teleconsulta em Gastroenterologia	3780	R\$ 69,90	R\$ 264.222,00	
7	Teleconsulta em Geriatria	3780	R\$ 69,90	R\$ 264.222,00	
8	Teleconsulta em Neurologia	3780	R\$ 99,90	R\$ 377.622,00	
9	Teleconsulta em Neurologia Infantil	3780	R\$ 99,90	R\$ 377.622,00	
10	Teleconsulta em Ortopedia	3780	R\$ 69,90	R\$ 264.222,00	


Exibir: 6-10 de 18 itens

Página [<](#) [>](#)

[< Voltar](#)

04/04/2024, 07:55

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰  Portal Nacional de Contratações Públicas



👤 Entrar

🏠 > [Edital](#)

## Edital de Chamamento Público nº CPC 2/2024

Última atualização 25/03/2024

**Local:** Sobradinho/RS **Órgão:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUI **Unidade compradora:** 01001 - Administração do Consórcio

**Modalidade da contratação:** Credenciamento **Amparo legal:** Lei 14133/2021, Art. 79, I **Tipo:** Edital de Chamamento Público **Modo de Disputa:** Não se aplica

**Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 25/03/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 26/03/2024 10:03 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 16/04/2024 10:03 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 06205888000185-1-000006/2024 **Fonte:** IPM Sistemas

**Objeto:**

CRENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS COM ATUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE, NAS ESPECIALIDADES DE CIRURGIA GERAL E NEUROLOGIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS TELECONSULTORES EM REGULÇÃO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONSULTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GERCON

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 360.000,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	SERVIÇOS DE MÉDICOS TELECONSULTORES EM REGULÇÃO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONSULTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GERCON	24	R\$ 15.000,00	R\$ 360.000,00	

Exibir | 1-1 de 1 itens

Página | < >

[< Voltar](#)

03/04/2024, 17:11

Portal Nacional de Contratações Públicas

  Portal Nacional de Contratações Públicas



 Entrar

 > [Edital](#)

## Edital nº PCP 1/2024

Última atualização 19/01/2024

**Local:** Pinhalzinho/SC **Órgão:** FUNDO DE SAUDE DE PINHALZINHO **Unidade compradora:** 10001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Modalidade da contratação:** Pregão - Presencial **Amparo legal:** Lei 14133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 19/01/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 19/01/2024 17:00 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 05/02/2024 08:30 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 09129733000103-1-000004/2024 **Fonte:** IPM Sistemas

### Justificativa da Modalidade Presencial:

2.3.1 - A opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. 2.3.2 - O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos. 2.3.3 - A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 14.133/2021. 2.3.4 - A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. 2.3.5 - Há a necessidade de que seja feito o pregão de forma presencial observando que objeto a ser contratado demanda uma avaliação presencial mais detalhada pois se trata de serviço técnico especializado, não obstante o pregão presencial permite a administração a interação de forma direta com os fornecedores, promovendo uma relação mais próxima e colaborativa.

### Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM CIRURGIA PEDIÁTRICA, ATENDIMENTO A PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 94.900,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 94.900,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CONSULTA MÉDICA Consulta Médica especialidade de cirurgia pediátrica para pacientes crônicos (acompanhamento pré e pós-operatório)	120	R\$ 120,00	R\$ 14.400,00	

03/04/2024, 17:00


Portal Nacional de Contratações Públicas

🏠 > [Início](#)

## Edital nº PL FMS Nº 1/24 - PR ELETRÔNICO Nº 1/2024/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 31/01/2024

☰  Portal Nacional de Contratações Públicas

🔍

👤 Entrar

Data de divulgação no PNCP: 31/01/2024 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 01/02/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 19/02/2024 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 95990115000187-1-000002/2024 Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - O objeto deste processo licitatório é seleção de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS EM PEDIATRIA E PUERICULTURA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 86.041,50

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 57.450,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS EM PEDIATRIA E PUERICULTURA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.	10	R\$ 8.604,15	R\$ 86.041,50	🔍

Exibir 1-1 de 1 itens

Página < >

[< Voltar](#)

03/04/2024, 15:35

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰ [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)



👤 Entrar

🏠 > [Edital](#)

## Edital nº PCE 1/2024

Última atualização 19/01/2024

**Local:** Santa Helena/SC **Órgão:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA HELENA **Unidade compradora:** 05001 - FUNDO MUNIIPCAL DE SAÚDE

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Sim

**Data de divulgação no PNCP:** 19/01/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 22/01/2024 07:30 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 05/02/2024 08:15 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 11520158000109-1-000001/2024 **Fonte:** IPM Sistemas

### Objeto:

REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES ATENDIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 72.400,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 71.936,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número :	Descrição :	Quantidade :	Valor unitário estimado :	Valor total estimado :	Detalhar :
1	CONSULTAS MÉDICAS COM ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;">CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA</div>	400	R\$ 181,00	R\$ 72.400,00	<a href="#">🔍</a>

Exibir | 1-1 de 1 itens

Página | < >

[< Voltar](#)

03/04/2024, 15:24

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰ [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)



👤 Entrar

🏠 > [Edital](#)

## Edital nº 05/2024/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 11/03/2024

**Local:** Belmonte/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE BELMONTE **Unidade compradora:** 6546498 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELMONTE

**Modalidade da contratação:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Sim

**Data de divulgação no PNCP:** 11/03/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 11/03/2024 16:05 (horário de Brasília)

**Data fim de recebimento de propostas:** 25/03/2024 08:00 (horário de Brasília)

**Id contratação PNCP:** 80912108000190-1-000031/2024 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

### Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - Edital de pregão eletrônico com objetivo de registro de preço para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BELMONTE/SC, de acordo com anexo VII, termo de referência do edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 90.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 85.125,00

[Itens](#) [Arquivos](#) [Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	750	R\$ 120,00	R\$ 90.000,00	

Exibir 1-1 de 1 itens

Página




[< Voltar](#)



03/04/2024, 14:55

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰  Portal Nacional de Contratações Públicas



👤 Entrar

🏠 > [Início](#)

## Edital nº PCP 3/2024

Última atualização 19/03/2024

Local: Serra Alta/SC Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Unidade compradora: 10001 - Fundo Municipal de Saúde

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de Disputa: Aberto Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 19/03/2024 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 20/03/2024 12:53 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 04/04/2024 09:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 11583359000155-1-000003/2024 Fonte: IPM Sistemas

### Justificativa da Modalidade Presencial:

JUSTIFICATIVA DE PREGÃO PRESENCIAL O município de Serra Alta possui excelente histórico de contratação de profissionais, sendo que a contratação do médico visa nortear o andamento dos entendimentos da saúde, procurando oferecer aos munícipes o melhor atendimento possível. A contratação do profissional médico promove o atendimento a todas as pessoas do município, sendo esse profissional fundamental para o acompanhamento e detalhamento de condicionantes à saúde bem como o atendimento humanizado e preservação da dignidade da pessoa humana. A opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Dentre as alegações mais comuns indicadas como impeditivas para a utilização do pregão na modalidade presencial, pode-se apontar: O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos. Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02. A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. Considerando as disposições da Lei 14133/2021, que dispõe que "As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado." Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial. Forçoso salientar que o art. 1º, §3º da Lei 10.024/2019, traz a obrigatoriedade da adoção do pregão na forma eletrônica pelos entes federativos apenas nos casos de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. Tratando-se de recursos próprios admite-se a adoção do pregão na forma presencial ao tempo que não será prejudicial a competitividade do certame. A escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir acerca da escolha da modalidade de licitação pregão presencial em detrimento do pregão eletrônico, de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 14133/21.

### Objeto:

PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL E MEDICO GINECOLOGISTA, PARA ATUAREM NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRA ALTA/SC

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA



R\$ 341.760,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
--------	-----------	------------	-------------------------	----------------------	----------

03/04/2024, 14:55

Portal Nacional de Contratações Públicas

1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS - CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS - PARA ATENDIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS), VINCULADO(A) À ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) EM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO USUÁRIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO CORRELATA, EM ESPECIAL A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB) - PORTARIA MINISTERIAL Nº 2.436/2017, PROGRAMA PREVINE BRASIL (PORTARIA MINISTERIAL GM/SUS 2.979/2019) E DEMAIS NORMATIVAS VIGENTES.	12	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00	
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS - CONSULTAS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - PARA ATENDIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS), REFERENCIADOS PELA(S) EQUIPE(S) DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO USUÁRIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, DE ACORDO COM AS NORMATIVAS PERTINENTES, EM ESPECIAL A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB) - PORTARIA MINISTERIAL Nº 2.436/2017, PROGRAMA PREVINE BRASIL (PORTARIA MINISTERIAL GM/SUS 2.979/2019) E DEMAIS NORMATIVAS VIGENTES.	648	R\$ 120,00	R\$ 77.760,00	


Exibir: 1-2 de 2 itens

Página < >

[< Voltar](#)

02/04/2024, 21:32

Portal Nacional de Contratações Públicas

☰  Portal Nacional de Contratações Públicas



👤 Entrar

🏠 > [Freitas](#)

## Ato que autoriza a Contratação Direta nº PRD 17/2024

Última atualização 01/04/2024

**Local:** Marechal Cândido Rondon/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON

**Unidade compradora:** 02013 - PE - Fundo Municipal de Saúde

**Modalidade da contratação:** Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, VIII **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta

**Modo de Disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 01/04/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 76205814000124-1-000049/2024 **Fonte:** IPM Sistemas

**Objeto:**

Contratação de serviço médico na especialidade de ginecologia e obstetria para atendimento emergencial das rotinas do Hospital Cruzatti.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 3.953,20

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 3.953,20

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CONTRATAÇÃO DE MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA PARA ATENDIMENTO EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL DAS ROTINAS DO HOSPITAL CRUZATTI - DIA 05/03/2024	1	R\$ 1.753,20	R\$ 1.753,20	
2	CONTRATAÇÃO DE MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA PARA ATENDIMENTO EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL DAS ROTINAS DO HOSPITAL CRUZATTI - DIA 05/03/2024	1	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	

Exibir | 1-2 de 2 itens

Página | < >

### PESQUISA DE MERCADO

### ORÇAMENTOS LEVANTADOS COM PRESTADORES LOCAIS

## ENC: Orçamento Psiquiatra - Município Coronel Freitas



De [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br) em 19-01-2024 14:01

✉ Detalhes ☰ Texto simples

De: Manuela Nervis <[manunervis@unochapeco.edu.br](mailto:manunervis@unochapeco.edu.br)>

Enviada em: quarta-feira, 17 de janeiro de 2024 19:19

Para: [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br)

Assunto: Fwd: Orçamento Psiquiatra - Município Coronel Freitas

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Manuela Nervis** <[manunervis@unochapeco.edu.br](mailto:manunervis@unochapeco.edu.br)>

Data: ter., 5 de dez. de 2023 às 20:11

Assunto: Re: Orçamento Psiquiatra - Município Coronel Freitas

Para: Projetos Coronel <[projetos@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:projetos@coronelfreitas.sc.gov.br)>

Boa noite, Sílvia! Tudo bem e contigo?

Claro! Segue orçamento:

CNPJ 402162570001-08

ORÇAMENTO/VALOR POR CONSULTA = R\$ 400,00.

Atendimento referente a 8h por semana, para até 10-12 atendimentos por semana.

ATENÇÃO, RESPOSTA NO FINAL DO E-MAIL

Em 2023-12-01 11:09, Projetos Coronei escreveu:

Bom dia, tudo bem?

Vanessa, conforme contato via telefone, Sou Silvia do Município de Coronei Freitas, gostaria de ver a possibilidade de emissão de um orçamento para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRA, para cadastrarmos uma licitação para futura contratação deste profissional

Fico no aguardo

Abraços

\_Silvia Panisson Bernardi\_

\_Assessora de Projetos\_

\_Prefeitura Municipal de Coronei Freitas - SC\_

\_Fones: (49) 99119-2002\_

\_ (49) 3347-3409\_

Boa tarde

Com nosso especialista Dr Renato Pagani, no particular 400 reais e sindicatos ou secretaria 300 reais.

Gratta



**CRM - SC**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE: Prefeitura Municipal de Coronei Freitas

### Orçamento

Informo para fins de avaliação de orçamento e credenciamento, que minha consulta médica especializada em Psiquiatria da Infância e Adolescência (RQE 18.814) tem o tempo de duração de 1h e o custo de 510,00.

Atenciosamente,

Enzo Vicente Bertholdo.

20 de Janeiro de 2024

SUA AUTENTICIDADE E DISPENSAÇÃO DEVEM SER VALIDADAS PELO QR CODE CONFORME INSTRUÇÕES ABAIXO.

**Dr(a). ENZO VICENTE BERTHOLDO CRM-SC 28541**

Psiquiatria (Registro: 18562) e Psiquiatria - Psiquiatria Da Infância E Adolescência (Registro: 18814)



## PROPOSTA

Proposta de prestação de serviços de saúde, à Secretaria de Saúde do município de Coronei Freitas – SC.

Clinica: MS Serviços Médicos Eireli

CNPJ: 24.504.967/0001-79

Fone para contato: (49) 99124-3126 / (49) 3026-4908

Nome do profissional: Maríndia Sitta

Registro no CRM: 17.853

Registro no RQE: 18.861

Serviços a serem prestados:

Valor unitário da consulta ginecológica: R\$ 300,00.

Valor unitário da cauterização de colo uterino e vulva (ATA): R\$ 100,00.

Valor unitário de exérese de lesões de vulva: R\$ 350,00.

Valor unitário de biopsia de vulva: R\$ 350,00.

Valor unitária de drenagem de bartolinite: R\$ 350,00.

Valor unitário de exérese de pólipo endocervical: R\$ 350,00.

**ORÇAMENTO PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS DE CARÁTER  
AMBULATORIAL**

À Prefeitura Municipal de Coronel Freitas - SC

A/C Sr. / Sra.

Prezados,

Apresentamos nossa proposta para fornecimento de serviços médicos com o objetivo de realizar procedimentos ginecológicos de caráter ambulatorial, conforme dados a seguir:

Razão Social: Genus Ginecologia e Obstetrícia Ltda

CNPJ: 27.597.069/0001-09

PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO
Consulta	168,00 R\$
Cauterização de colo uterino e vulva (ATA)	90,00 R\$
Exêrese de lesões em vulva	250,00 R\$
Biopsia de vulva	250,00 R\$
Drenagem de Bartolinite	190,00 R\$
DIU (Mirena, Kyleena, cobre)	250,00 R\$
Exêrese de pólipos endocervicais	250,00 R\$
Coleta de CP	10,00 R\$
Implanon	220,00 R\$

## ENC: Orçamento



De [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br) em 19-01-2024 14:00

 [Detalhes](#)  [Texto simples](#)

**De:** Marcelo lemos <marcelolvc@yahoo.com.br>

**Enviada em:** quinta-feira, 18 de janeiro de 2024 20:24

**Para:** saude@coronelfreitas.sc.gov.br

**Assunto:** Orçamento

Boa tarde!

Encaminho valores unitario de consulta neurologica;

R\$600,00 reais

att

marcelo cunha

Crm12621

## ENC: Consultas Neurologia



De [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br) em 19-01-2024 14:01

 [Detalhes](#)  [Texto simples](#)

**De:** Thalita Martinelli <thalitamartinelli@hotmail.com>

**Enviada em:** quinta-feira, 18 de janeiro de 2024 10:59

**Para:** saude@coronelfreitas.sc.gov.br

**Assunto:** Consultas Neurologia

Em resposta a consulta prévia, informo que oferto consultas da especialidade de Neurologia, no valor de 400,00 por consulta.

Thalita Martinelli

Médica Neurologista e Neurofisiologista

CRM 2571 - RQE 20816 / 21856

Martinelli Clínica Médica LTDA

CNPJ 45.048.486/0001-76

À disposição

**PROPOSTA:**


Proposta de prestação de serviços de saúde, a ser encaminhado para a Secretaria de Saúde do município de Coronei Freitas – SC.

Clinica: UNIQUE CLÍNICA INTEGRADA LTDA  
CNPJ: 305110110001-05  
Fone para contato: 49-991191101

Nome do profissional: MATEUS HENRIQUE DE ARAÚJO SANTOS  
Registro no CRM: 24942  
Registro no RQE: 15559


Serviços a serem prestados: CONSULTAS NEUROLÓGICAS  
Valores das consultas: R\$ 270,00 (DUZENTOS E SETENTA REAIS) \_ VALOR UNITÁRIO.

CHAPECÓ , 13/02/24.

**ENC: Consulta pediatria** 



De [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br) em 19-01-2024 14:00

 [Detalhes](#)

-----Mensagem original-----

De: Rafael Bottega <[rafaelbottega1@yahoo.com.br](mailto:rafaelbottega1@yahoo.com.br)>

Enviada em: quinta-feira, 18 de janeiro de 2024 20:04

Para: [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br)

Assunto: Consulta pediatria

Eu, Rafael Bottega, Crm 16476, ofereço meus serviços como Pediatra, com o valor de 250 reais a consulta.

Att

Rafael Bottega

## ENC: Atendimentos pediatria. 📧



De [saude@coronelfreitas.sc.gov.br](mailto:saude@coronelfreitas.sc.gov.br) em 22-01-2024 08:48

✉ Detalhes ☰ Texto simples

De: Ricardo Farias <ricardofarias86@hotmail.com>

Enviada em: sexta-feira, 19 de janeiro de 2024 15:28

Para: saude@coronelfreitas.sc.gov.br

Assunto: Atendimentos pediatria.

Boa tarde.

Me chamo Ricardo sou Pediatra.

Venho passar informações sobre meus atendimentos.

Valor da consulta: R\$ 150,00. Atendo 12 consultas agendadas e 3 livre demanda em um turno por semana.

Aguardo retorno.

Grato!

### Proposta De Atendimento Médico

Pedido de inscrição para credenciamento médico para prestação de serviço de saúde para Secretaria de Saúde do município de Coronel Freitas, Santa Catarina.

1- Dados de identificação: FREITAS & WACHTER  
SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ:

33.328.035/0001-03.

2- Endereço: Rua Dos Plátanos, 64E, Residencial  
Espelho Das Águas, Chapecó, SC. Fone: 49  
991118432.

3- Natureza do atendimento:

4- Serviços a serem prestados: consulta médica  
especializada.

5- Equipe: Dra. Morgana de Freitas Pandolfo – Médica  
Intensivista Pediatra.

6- Valor das consultas: 250,00 reais.

7- Sem mais.

**DR. ALESSANDRO SOARES VERFFEL** é **Clínico Geral** com a especialidade em idosos, **Geriatra**.

Valor da consulta particular é R\$ 350,00 reais.

Sendo encaminhado pelo Posto de Saúde (trazendo a guia ou a secretaria fazer o agendamento direto), valor fica R\$ 300,00.

Não temos maquininha de cartão.

Atualmente, atende aqui no consultório:

**Segunda** => tarde.

**Terça** => manhã e tarde.

**Quarta** => manhã.

**Quinta** => tarde.

**Sexta** => tarde.

Dados da Clínica:

**CNPJ:** 24.108.784/0001-34.

**Empresa:** Viecili e Verffel Clínica Médica S/S.

**Endereço:** Av. Porto Alegre 79 D, Edifício Salutare- sala 104.

**Cidade:** Chapecó.

**E-mail:** consultoriomedico2014@hotmail.com

**Fone:** 3322-6570.

**Whats:** 49 98424-6570.

Alessandro Soares Verffel

CRM12258/RQE16584

## PROPOSTA

Pedido de inscrição para credenciamento medico para prestação de serviços de saúde para Secretaria de Saúde do município de Coronel Freitas – SC.

I- Dados de Identificação: Clínica Geriátrica Ariele Di Domênico

Endereço: Avenida Porto Alegre 427 D Edifício Lazio sala 904 - centro Chapecó/SC

Telefone/whatsapp: 49 33225689

II-Natureza do atendimento:

a) Serviços a serem prestados: consulta médica especializada em geriatria

b) Equipe técnica: Ariele Di Domênico CRM SC 20993 RQE 21799

III - Valores das consultas: R\$ 240,00

Sem mais,

Chapecó, 22 de janeiro de 2024

## Re: orçamento



Sonia Agostineto <soniaagostineto@gmail.com>

Para saude@coronelfreitas.sc.gov.br

Dr. Juliano Brustolin

Clínico Geral, Medicina da Família e Geriatria

CRM SC 7116

Av. Santa Catarina, 652 - Sala 18 - Condomínio nona Matilde

Whatsapp: (49) 988098647

Orçamento para consulta médica especializada.

Valor por consulta 300,00

Att: Secretária, Sonia I. Agostineto.



## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2024 - SMS

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:**

Constitui objeto deste certame o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Conforme discriminado abaixo:

**Tabela 01 – Valores estimados para contratação por lote.**

Nº Lote: 1

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	347,7500	173.875,00
			Total Lote:	173.875,00

Nº Lote: 2

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	171,6000	85.800,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO E VULVA (ATA).	96,6700	9.667,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERESE DE LESÕES DE VULVA.	233,3300	23.333,00
200,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: BIOPSIA DE VULVA.	233,3300	46.666,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: DRENAGEM DE BARTOLINITE.	213,3300	21.333,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERECE DE PÓLIPO ENDOCERVICAL.	233,3300	23.333,00
			Total Lote:	210.132,00

Nº Lote: 3

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PEDIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	216,6700	108.335,00
			Total Lote:	108.335,00

Nº Lote: 4

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	423,3300	211.665,00
			Total Lote:	211.665,00

Nº Lote: 5

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GERIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	280,0000	140.000,00
			Total Lote:	140.000,00
			Total Geral dos Lotes:	844.007,00

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado os preços vantajosos.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA:**

As especificações para os itens foram descritas de acordo com a necessidade do município para esta contratação, tendo em vista que o Detalhamento Dos Elementos De Despesa – Vigente para 2023, publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e também a tabela de padronização disponível no sítio eletrônico do Compras Gov não se adequam às especificações necessárias por serem descrições amplas.

### 36.30 - serviços médicos e odontológicos

**SERVIÇO**

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE ▼

---

NATUREZA DA DESPESA

33903630  
33903950

[Voltar](#)

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
13951	Consulta médica - ginecologia / obstetricia	<a href="#">Adicionar</a>

Ativar o Windows  
 Acesse Configurações para ativar o Windows.

**SERVIÇO**

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE ▼

---

NATUREZA DA DESPESA

33903630  
33903950

[Voltar](#)

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
6149	Consulta médica - pediatria	<a href="#">Adicionar</a>

**SERVIÇO**

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE ▼

---

NATUREZA DA DESPESA

33903630  
33903950  
33909236

[Voltar](#)

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
6130	Consulta médica - neurologia	<a href="#">Adicionar</a>

**SERVIÇO**

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE

NATUREZA DA DESPESA

33903630  
33903950

[Voltar](#)

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
6092	Consulta médica - geriatria / gerontologia	<a href="#">Adicionar</a>

**SERVIÇO**

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE

NATUREZA DA DESPESA

33903630  
33903950

[Voltar](#)

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
6165	Consulta Médica - Psiquiatria	<a href="#">Adicionar</a>

**Tabela 02 – Descrição dos itens pretendidos na contratação.**

<b>Especificação</b>
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em psiquiatria com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: cauterização de colo uterino e vulva (ata).
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: exérese de lesões de vulva.
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: biopsia de vulva.
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: drenagem de bartolinite.
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico especialista em ginecologia com Registro de Qualificação De Especialidade (RQE), para realização do procedimento: exerece de pólipos endocervicais.
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em pediatria com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em neurologia com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).
Contratação de empresa para prestação de serviço de médico, especialista em geriatria com Registro De Qualificação De Especialidade (RQE).

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO**

**NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS.**

Este Termo de Referência possui fundamentação referenciada com o Estudo Técnico Preliminar Nº 07/2024 – SMS.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.**

Os serviços serão prestados presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nas unidades básicas de saúde, de acordo com a necessidade dos atendimentos, os atendimentos serão agendados pela secretaria em dias e horários determinados pelo setor de agendamento da secretaria.

Fica a cargo da contratada o custo com deslocamento até o local da prestação do serviço, assim como, despesas com alimentação;

Os licitantes contratados deverão executar as atividades conforme descrito a seguir:

- f) O médico especialista em Ginecologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá executar atendimento na área de ginecologista, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área. Também serão realizados pelo médico ginecologista os procedimentos ginecológicos sendo: cauterização de colo uterino e vulva (ATA), exérese de lesões de vulva, biopsia de vulva, drenagem de bartolinite, exérese de pólipos endocervicais.
  
- g) O médico especialista em Pediatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra

atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

- h) O médico especialista em Neurologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- i) O médico especialista em Psiquiatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- j) O médico especialista em Geriatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutico e acompanhamento de pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades , medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.

Destaca-se ainda, a necessidade por parte dos licitantes contratados de manter atualizados os prontuários médicos dos pacientes, justificar por escrito as razões



técnicas alegadas a respeito das decisões no caso de não realização de qualquer ato profissional previsto neste estudo.

Os licitantes contratados devem observar e prezar pela confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, conforme disposto na Lei nº. 13.709 de 14 de agosto de 2018 e alterações posteriores.

Mensalmente deverá ser emitida nota fiscal referente aos serviços prestados e encaminhado para a Secretaria municipal de Saúde do Município.

Os licitantes contratados deverão utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para preenchimento de prontuário eletrônico e para liberação de eventuais exames necessários para o atendimento e diagnóstico de pacientes.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

a) Prestar os serviços na forma especificada; atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato; manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Legislação vigente.

### **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:**

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- h) Declaração sobre:

- i) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ii) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
- iii) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- iv) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
- v) Regularidade relativa à Seguridade Social e FGTS, em cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Cópia da Carteira de Registro do profissional no Conselho Regional de Medicina.

Certificado de Registro de Qualificação de Especialista (RQE)

- a.1) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- a.2) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

Inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do logradouro idêntico aos constantes dos alvarás e contrato social, e a Ficha Cadastral de Estabelecimento de Saúde comprovando a vinculação do (s) profissional (is) da licitante ao CNES.

Apresentar atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado do qual está participando.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:**

6.1 O objeto será solicitado através de: Autorização de fornecimento/ordem de serviço.

6.2 A prestação dos serviços deverá iniciar em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

6.3 A Secretaria Municipal de Saúde do município deve disponibilizar as condições e materiais necessários para a realização dos atendimentos e procedimentos que serão realizados.

6.4 Os atendimentos serão realizados presencialmente, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde do município, e agendados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, semanalmente, em acordo com o profissional contratado.

6.5 A emissão da nota fiscal de prestação de serviços se dará mensalmente, e os contratados deverão alimentar e atualizar as informações dos atendimentos prestados através do prontuário eletrônico.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal o contrato anotar no relatório de acompanhamento as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização

das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º). Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Tendo como fiscal, a servidora Darlea de Cezaro e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada, matrícula nº. 679.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

O Município de Coronel Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**PROCEDIMENTO AUXILIAR: Registro de Preço**

MODALIDADE: Pregão Eletrônico.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

Forma de Adjudicação: A adjudicação será por item, isto é, o objeto será adjudicado de forma parcelada conforme solicitação da secretaria demandante.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS**

**DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.**

Para verificar o valor de mercado, foram feitas consultas junto a empresas prestadoras de serviços de saúde nas especialidades necessárias em nosso município e municípios vizinhos.

Os profissionais que apresentaram orçamentos foram:

<b>Psiquiatria</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Manuela Nervis	500	R\$ 400,00	R\$ 200.000,00
Renato Pagani	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Enzo Vicente Bertholdo	500	R\$ 510,00	R\$ 255.000,00
Processo 11520158000109-1-000001/2024	500	R\$ 181,00	R\$ 90.500,00

<b>Ginecologia - Consultas</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	500	R\$ 150,00	R\$ 75.000,00
Marindia Sitta	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Maria Del Pilar Valente	500	R\$ 168,00	R\$ 84.000,00
Processo 11583359000155-1-000003/2024	500	R\$ 120,00	R\$ 60.000,00
Processo 80912108000190-1-000031/2024	500	R\$ 120,00	R\$ 60.000,00

<b>Ginecologia - Cauterização de colo uterino e vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00

<b>Ginecologia - Exereses de lesões de vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00

<b>Ginecologia - Biopsia de vulva</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	200	R\$ 100,00	R\$ 20.000,00
Marindia Sitta	200	R\$ 350,00	R\$ 70.000,00
Maria Del Pilar Valente	200	R\$ 250,00	R\$ 50.000,00

<b>Ginecologia - Drenagem de Bartolinite</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00

<b>Ginecologia - Exereses de pólipos endocervicais</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Gabriely Luiza Siega Baroncelli	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Marindia Sitta	100	R\$ 350,00	R\$ 35.000,00
Maria Del Pilar Valente	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00

<b>Pediatria</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Ricardo Farias	500	R\$ 150,00	R\$ 75.000,00
Rafael Bottega	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
Morgana de Freitas Pandolfo	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00

<b>Neurologia</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Marcelo Lemos	500	R\$ 600,00	R\$ 300.000,00
Thalita Martinelli	500	R\$ 400,00	R\$ 200.000,00
Matheus Henrique de Araujo Santos	500	R\$ 270,00	R\$ 135.000,00

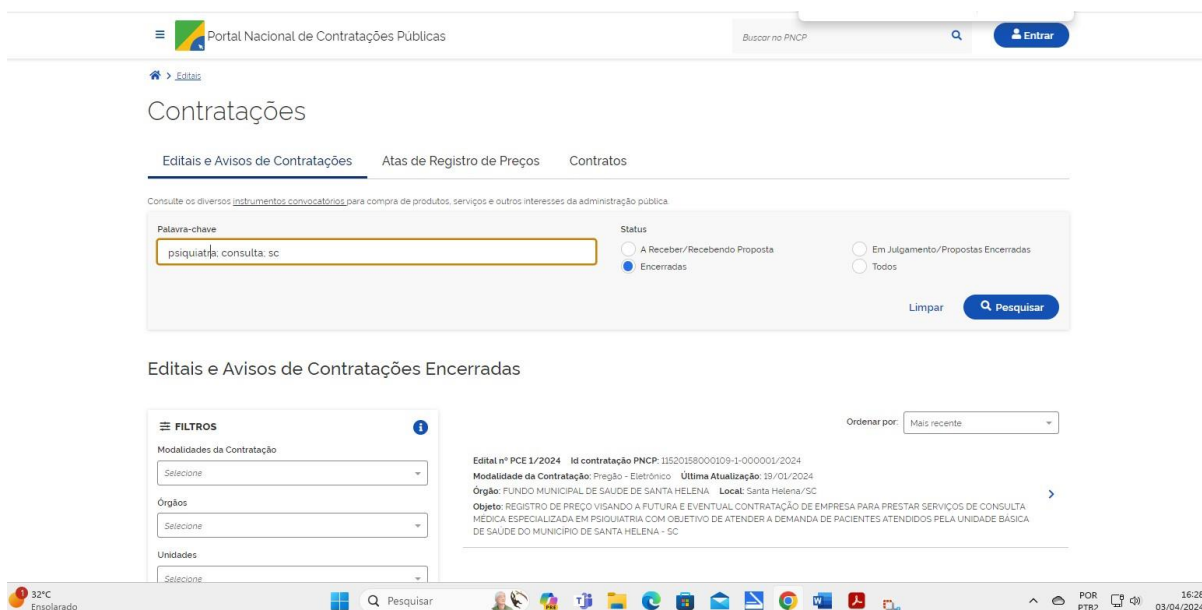
<b>Geriatría</b>			
Nome	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Ariele Di Doménico	500	R\$ 240,00	R\$ 120.000,00
Alessandro Soares Verffel	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Juliano Brustolin	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00

Em pesquisa realizada no PNCP, foram localizados os processos listados abaixo:

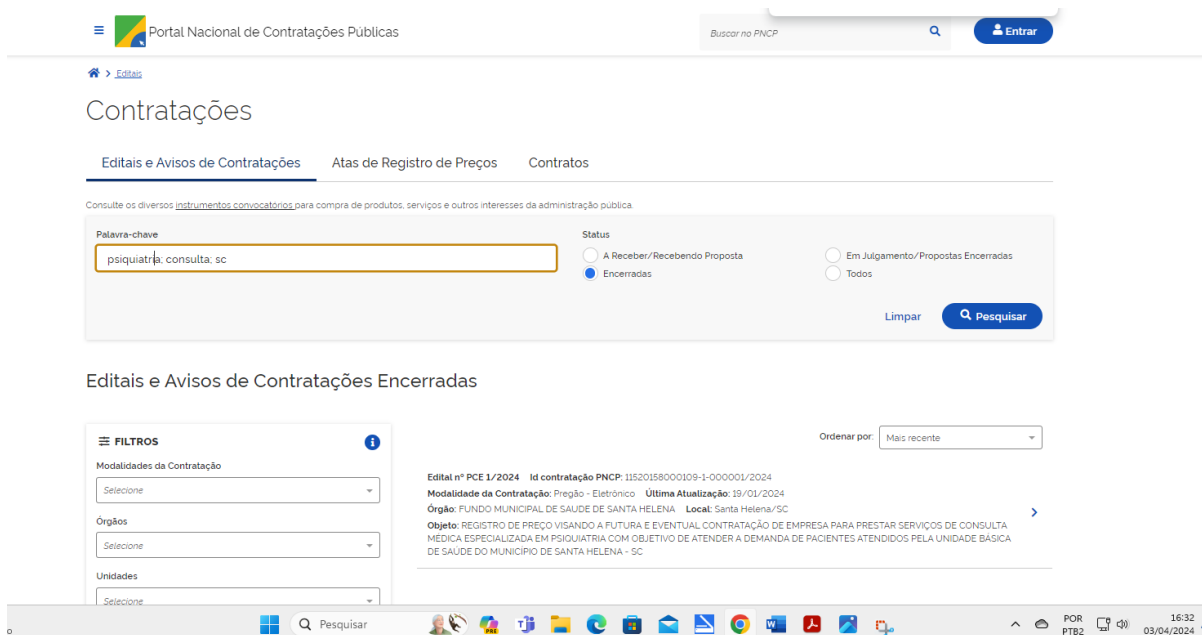
### Psiquiatria:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 11520158000109-1-000001/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

Para esta área no estado de Santa Catarina, foi encontrado apenas um processo vigente, conforme resultados de pesquisa abaixo:



The screenshot shows the search results for 'psiquiatria, consulta, sc' on the PNCP portal. The search criteria are: Palavra-chave: psiquiatria, consulta, sc; Status: Encerradas. The results list one contract: Edital nº PCE 1/2024, Id contratação PNCP: 11520158000109-1-000001/2024. Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico; Última Atualização: 19/01/2024. Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA HELENA; Local: Santa Helena/SC. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA COM OBJETIVO DE ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES ATENDIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - SC.



This is a duplicate of the screenshot above, showing the same search results for 'psiquiatria, consulta, sc' on the PNCP portal.



### Ginecologia:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 13954199000139-1-000022/2023, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado do Rio Grande do Sul, ID contratação 76205814000124-1-000049/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 11583359000155-1-000003/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 80912108000190-1-000031/2024, em anexo, com parâmetros de contratação semelhantes ao objeto pretendido, elencado na comparação de preços.

### Pediatria:

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 95990115000187-1-000002/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, a forma de entrega do objeto não se assemelha aos parâmetros pretendidos.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID contratação 09129733000103-1-000004/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação, o objeto pretendido no processo citado é correspondente a consulta médica em especialidade de cirurgia pediátrica.

### Neurologia:

Processo vigente no estado do Rio Grande do Sul, ID contratação 06205888000185-1-000006/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se

assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

Processo vigente no estado do Paraná, ID contratação 76208818000166-1-000026/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

#### Geriatría:

ID 51391197000178-1-000057/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido por se tratar de teleatendimentos.

Processo vigente no estado de Santa Catarina, ID 01336261000140-1-000178/2024, em anexo, o qual não foi usado na composição dos preços por não se assemelhar aos parâmetros necessários para esta contratação: o objeto da referida contratação é o atendimento em plantão hospitalar, e a modalidade de contratação não se assemelha ao pretendido.

O custo estimado total da contratação foi levantado em conformidade com os orçamentos, sendo o valor estimado conforme a tabela a seguir, considerando as quantidades estimadas:

Nº Lote: 1

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PSIQUIATRA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	347,7500	173.875,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>173.875,00</b>

Nº Lote: 2

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	171,6000	85.800,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: CAUTERIZAÇÃO DE COLO UTERINO E VULVA (ATA).	96,6700	9.667,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERESE DE LESÕES DE VULVA.	233,3300	23.333,00
200,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: BIOPSIA DE VULVA.	233,3300	46.666,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: DRENAGEM DE BARTOLINITE.	213,3300	21.333,00
100,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE), PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: EXERECE DE PÓLIPO ENDOCERVICAL.	233,3300	23.333,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>210.132,00</b>

Nº Lote: 3

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM PEDIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	216,6700	108.335,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>108.335,00</b>

Nº Lote: 4

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	423,3300	211.665,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>211.665,00</b>

Nº Lote: 5

Itens

Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
500,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÉDICO, ESPECIALISTA EM GERIATRIA COM REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALIDADE (RQE).	280,0000	140.000,00
			<b>Total Lote:</b>	<b>140.000,00</b>
			<b>Total Geral dos Lotes:</b>	<b>844.007,00</b>

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
<b>Total:</b>			<b>R\$ 0,04</b>
<b>Total Geral:</b>			<b>R\$ 0,04</b>

## 12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO:

Os serviços serão prestados presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nas unidades básicas de saúde, de acordo com a necessidade dos atendimentos, os atendimentos serão agendados pela secretaria em dias e horários determinados pela setor de agendamento da secretaria.

O recebimento provisório e definitivo, é determinado pelo decreto nº. 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela lei federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão:

II - Serviços que não são de engenharia: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

1º As notas fiscais com aposição de carimbos de recebimentos provisório e definitivo e/ou com formulários (Anexo I), que indiquem regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato, deverão ser entregues para Setor de Compras.

Serviços que não são de engenharia:

a) Provisório:

1. Número do processo de contratação;

2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?

3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. Nome e assinatura de quem recebeu;
6. Data do recebimento;
7. Informação de que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo.

b) Definitivo:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. O serviço atende as exigências contratuais, incluindo as habilitatórias?
6. Nome e assinatura de quem recebeu.
7. Data do recebimento.

**13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:**

Não se aplica.

Coronei Freitas - SC, 04 de abril de 2024.

---

**Jéssica Daniel**  
**Diretora do Departamento de Saúde**

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);
- II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);
- III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do



mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

**IV -** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

**Obs. 1:** Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

**V -** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

**VI -** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

**VII -** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

**VIII -** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

**IX -** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

**X -** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

**XI -** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou



com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

## ANEXO IV

### INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFIDENCIALIDADE E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento, de um lado, **Município de Coronel Fretas**, neste ato representado pelo conforme estabelecido em seu contrato social (“**Parte Reveladora**”) e, de outro lado, **empresa** ....., com CNPJ nº ....., com endereço em ....., neste ato representada pelo seu representante legal ....., CPF ..... (“**Parte Receptora**”), resolvem, em comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. É objeto deste instrumento a manutenção do mais absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação relacionada aos dados fornecidos para a confecção do contrato/ata assinado juntamente com o Município de Coronei Freitas/SC.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

2.1. Para todos os efeitos deste instrumento, serão consideradas confidenciais, todas as informações relacionadas ao contrato assinado/ata homologada que a Parte Receptora vier a ter acesso em decorrência dos serviços prestados à Parte Reveladora (“Informações Confidenciais”).

2.1.1. Serão, ainda, consideradas Informações Confidenciais todas as informações que assim forem identificadas pelo Município de Coronei Freitas/SC, Parte Reveladora, pelas legislações aplicáveis (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD”) ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação devam ser consideradas confidenciais ou de propriedade da Parte Reveladora.

2.2. A revelação das Informações Confidenciais não representa a concessão de qualquer tipo de licença explícita ou de qualquer outra natureza, nem de direitos de qualquer espécie para a Parte Receptora.

3. A PARTE RECEPTORA se compromete a:

- a) Utilizar as Informações Confidenciais com o propósito restrito de desempenhar suas atividades junto à PARTE REVELADORA;
- b) Não utilizar tais informações em seu próprio benefício e/ou para qualquer propósito que não aquele para o qual foram reveladas, abstando-se de divulgar, publicar, fazer circular, produzir cópia ou efetuar *backup*, por qualquer meio ou forma, de qualquer documento ou informação confidencial;
- c) Zelar para que referidas informações não sejam divulgadas ou reveladas a terceiros, utilizando-se, no mínimo do mesmo zelo e cuidado que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais;
- d) Não revelar as Informações Confidenciais a quaisquer terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da PARTE REVELADORA. Ainda, em caso de revelação das informações, a PARTE RECEPTORA se compromete, desde já, a repassar todas as obrigações descritas neste instrumento aos que vierem a ter acesso a tais informações, responsabilizando-se por eventuais descumprimentos; e,
- e) Informar imediatamente à PARTE REVELADORA qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido ou que venha a ocorrer por sua

ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

4. As obrigações estabelecidas neste instrumento não serão aplicáveis a quaisquer Informações Confidenciais que:

- a) Anteriormente ao seu recebimento pela PARTE RECEPTORA tenham tornado-se públicas ou chegado ao poder da PARTE RECEPTORA por uma fonte que não a PARTE REVELADORA; ou
- b) Após o recebimento pela PARTE RECEPTORA, tenham sido públicas por qualquer meio que não como consequência de uma violação de sua obrigação aqui prevista.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

1. Serão aplicáveis a este instrumento, as “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” que significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados.

2. A PARTE RECEPTORA declara-se ciente e concorda que poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela PARTE REVELADORA e seus clientes (“dados protegidos”), exclusivamente para a prestação dos serviços.

3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei nº 13.709/2018 – LGPD e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os dados protegidos na extensão autorizada na referida lei.

4. A PARTE RECEPTORA somente poderá tratar dados pessoais conforme as instruções da PARTE REVELADORA, a fim de cumprir suas obrigações para a prestação dos serviços, jamais para qualquer outro propósito.

5. A PARTE RECEPTORA tratará os dados pessoais em nome da PARTE REVELADORA e de acordo com as instruções escritas fornecidas pela PARTE REVELADORA. Caso a PARTE RECEPTORA considere que não possui informações suficientes para o tratamento dos dados pessoais de acordo com este instrumento ou que uma instrução infrinja as Leis Aplicáveis à Proteção de Dados, a PARTE RECEPTORA prontamente notificará a PARTE REVELADORA e aguardará novas instruções.

6. Se aplicável, a PARTE RECEPTORA se certificará que qualquer terceiro sob sua responsabilidade agirá de acordo com este instrumento, as Leis Aplicáveis à Proteção

de Dados e as instruções transmitidas pela PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

7. Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados ou terceiro solicitar informações diretamente da PARTE RECEPTORA relativas ao tratamento de dados pessoais, a PARTE RECEPTORA submeterá esse pedido à apreciação da PARTE REVELADORA. A PARTE RECEPTORA não poderá, sem instruções prévias da PARTE REVELADORA, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Este instrumento poderá ser alterado somente mediante a celebração de Termo Aditivo.

2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste instrumento não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

3. O não exercício pelas partes de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstos neste instrumento ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações ora estabelecidas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independentemente de comunicação prévia à parte.

4. O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título e tempo.

5. A PARTE RECEPTORA declara que os serviços serão prestados de acordo com todas as legislações, princípios e normas aplicáveis, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

6. Os efeitos deste instrumento retroagem à data que a Parte Receptora teve acesso à primeira informação confidencial relacionada ao contrato/ata assinado juntamente com o Município de Coronel Freitas/SC, sendo que todas as obrigações aqui estabelecidas permanecerão válidas até que a Parte Reveladora autorize (por escrito) a revelação da informação confidencial, observado, ainda, o disposto nas legislações vigentes (inclusive a Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

7. As partes declaram e reconhecem que são entidades totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste instrumento poderá ser interpretada

no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as partes, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

8. Através deste instrumento, a PARTE RECEPTORA cede à PARTE REVELADORA todos os direitos patrimoniais de autor a ela pertencente, decorrentes dos serviços prestados.

9. A inobservância de qualquer uma das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a PARTE RECEPTORA ao pagamento ou ressarcimento, de todas as perdas e danos, materiais e morais, lucros cessantes, nos termos das legislações vigentes.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronei Freitas, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este o **Instrumento Particular de Confidencialidade e Outras Avenças**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, para que produza todos os efeitos.

(LOCAL), (DATA).

---

**Município de Coronei Freitas**

**Razão Social do Contratado**

**Testemunha 1:**

**Testemunha 2:**

**Nome:**

**Nome:**

**CPF:**

**CPF:**

#### ANEXO V

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

\_\_\_\_\_  
(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

**ANEXO VI**

**PROPOSTA**

Página 99 de 125

ITEM	DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
	<b>VALOR TOTAL</b>			

Valor Total da Proposta R\$xxxxxx(xxxxxx).

Validade da proposta de no mínimo 60(sessenta) dias.

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

## ANEXO VII

### ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO



O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

## **ANEXO VIII**

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS**

O licitante \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

---

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

## ANEXO IX

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../202...

O **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede administrativa localizada na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas/SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal DELIR CASSARO e a empresa....., com CNPJ/CPF nº ....., com endereço em ....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar registrar os seguintes preços, em decorrência do Processo Licitatório nº ...../202..., Pregão Eletrônico nº ..../202..., homologado em ..../...../202..., e à luz da Lei nº 14.133/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. As partes resolvem registrar preços dos seguintes itens abaixo especificados:

#### CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO, À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR, VIGÊNCIA

2.1. Esta Ata é vinculado ao edital do Processo nº ...../202..., Pregão Eletrônico nº ..../202..., homologado em ..../...../202...

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021).

2.2.1 Início da vigência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_\_\_

2.2.2. Final de Vigência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_\_\_

### **CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.**

**3.1.** Esta Ata rege-se pelas disposições expressas no Decreto Municipal nº 9852/2023, [Lei nº 14.133/20211](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**3.2.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

### **CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)**

**4.1.** Os serviços/materiais serão solicitados através de Autorização de Fornecimento.

**4.2** A prestação dos serviços deverá iniciar em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

**4.3** A Secretaria Municipal de Saúde do município deve disponibilizar as condições e materiais necessários para a realização dos atendimentos e procedimentos que serão realizados.

**4.4** Os atendimentos serão realizados presencialmente, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde do município, e agendados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, semanalmente, em acordo com o profissional contratado.

**4.5** Fica a cargo da contratada o custo com deslocamento até o local da prestação do serviço, assim como, despesas com alimentação;

**4.6** Os licitantes contratados deverão executar as atividades conforme descrito a seguir:

- a) O médico especialista em Ginecologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá executar atendimento na área de ginecologista, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar exames, diagnósticos, terapêuticos e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área. Também serão realizados pelo

médico ginecologista os procedimentos ginecológicos sendo: cauterização de colo uterino e vulva (ATA), exérese de lesões de vulva, biopsia de vulva, drenagem de bartolinite, exérese de pólipo endocervical.

- b) O médico especialista em Pediatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- c) O médico especialista em Neurologia com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
- d) O médico especialista em Psiquiatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutico e acompanhamento dos pacientes adultos e pediátricos; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua, natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

e) O médico especialista em Geriatria com Registro de Qualificação de Especialidade (RQE), deverá desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutico e acompanhamento de pacientes; atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando, em casos especiais, a setores especializados; supervisionar atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e a área.

**4.7** Os licitantes contratados devem observar e prezar pela confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, conforme disposto na Lei nº. 13.709 de 14 de agosto de 2018 e alterações posteriores.

**4.8** Os licitantes contratados deverão utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para preenchimento de prontuário eletrônico e para liberação de eventuais exames necessários para o atendimento e diagnóstico de pacientes

**4.9** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**4.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**4.11.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal nº. 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe em seu art.2º, inciso II que:

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão:

II - Serviços que não são de engenharia: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário próprio, que deverá ser anexado à nota fiscal;

1º As notas fiscais com aposição de carimbos de recebimentos provisório e definitivo e/ou com formulários próprio, que indiquem regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato, deverão ser entregues para Setor de Compras.

Serviços que não são de engenharia:

a) Provisório:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. Nome e assinatura de quem recebeu;
6. Data do recebimento;
7. Informação de que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo.

b) Definitivo:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. O serviço atende as exigências contratuais, incluindo as habilitatórias?
6. Nome e assinatura de quem recebeu;
7. Data do recebimento.

**CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO ([art. 92, V](#))**

**5.1.** O Município de Coronei Freitas efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, com base nos serviços efetivamente executados.

**5.1.2** No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**5.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocorrendo negociações junto aos fornecedores;

**5.2.1.** A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados;

**5.2.2.** O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa;

**5.3.** Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

**5.4.** Dentro do prazo previsto no item 5.3 o Contratante poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a Contratada ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

**5.4.** O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

**5.3.1** Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor da licitação.

**5.4.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado;

**5.4.1.** O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

**5.4.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**5.4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

**5.4.4.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**5.4.5.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

**5.4.6.** Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.5.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

**5.1.1** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a)** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b)** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

**5.1.2** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**5.1.3** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**5.1.4** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

**5.1.5** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

**5.1.5.1** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**5.2** Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

**5.2.1** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**5.2.2** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**5.2.3** Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC (índice nacional de preços ao consumidor), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação do orçamento estimado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**5.2.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

## **CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO**

**6.1.** No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos ([art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

**V** - Fornecimento de bens;

**VI** - Locações;

**VII** - Prestação de serviços;

**VIII** - Realização de obras.

**6.2.** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações ([art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

**VI** - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

**VII** - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

**VIII** - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

**IX** - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

**X** - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

**6.3.** A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização ([art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.4.** O Município disponibilizará, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem ([art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento ([art. 143 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.6.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total ([art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.6.1.** A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório ([art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.6.2.** Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido ([art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.7.** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contróle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ([art. 146 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6.8.** O Município de Coronel Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023.

**6.8.1.** O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

**6.9.** As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - Atenção Básica	07.001.10.301.0107.2091.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
07.001	Manut. das Ações e Serv. Públicos em Saúde - MAC	07.001.10.302.0107.2082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
<b>Total:</b>			<b>R\$ 0,04</b>
<b>Total Geral:</b>			<b>R\$ 0,04</b>

**CLÁUSULA SETIMA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO** ([art. 92, XIV](#))

**7.1** São obrigações do Contratante:

**7.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.1.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**7.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**7.1.5** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.1.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

**7.1.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**7.1.8** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

**7.1.9** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**7.1.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.2** A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**7.2.1** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;

**7.2.2** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.3** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.4** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7.5** São obrigações do contratado:

**7.5.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**7.5.2** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**7.5.3** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**7.5.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**7.5.5** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**7.5.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**7.5.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.5.8** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**7.5.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**7.5.10** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**7.5.11** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**7.5.12** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.5.13** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**7.5.14** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

**7.5.15** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

**7.5.16** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**7.5.17** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia

adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**7.6** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.6.1** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 0,5.% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 20% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**7.6.2** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**7.6.3** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**7.6.4** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**7.6.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**7.6.6** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.6.7** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto

no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.6.8** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.6.9** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**7.6.10** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**7.6.11** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**7.6.12** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**CLÁUSULA OITAVA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS**

## **OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO ([art. 92, XVI](#))**

**8.1.** O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

## **CLÁUSULA NONA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ ([art. 92, XVII](#))**

**9.1.** O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO ([art. 92, XVIII](#))**

**10.1.** A ordem de classificação dos licitantes registrados preços será respeitada nas contratações, sendo que a habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

**10.2.** Conforme art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

- I -** O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme art. 82, III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II -** O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**10.3.** Conforme art. 84, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021, o contrato decorrente desta deve ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços, e terá como prazo de execução: 20 (vinte) dias.

- I - O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II - O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos);
- III - Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

**10.4.** Gestor do contrato: Simone Zanella Strada.

**10.5.** Fiscal do contrato: Darlea de Cezaro

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CANCELAMENTO ([art. 92, XIX](#))**

**11.** O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - Por razão de interesse público;
- II - A pedido do fornecedor;
- III - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- IV - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
- V - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- VI - Sofrer sanção prevista no inciso III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- VII - For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

**11.1.** O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa



**11.2.** Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à esta ata de registro de preços.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: FORO ([art. 92, § 1º](#))**

**12.1.** As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coronel Freitas/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**13.1.** Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

**13.2.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
  - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas,



especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

- i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**13.3.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**13.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

**13.5.** No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 9439/2022, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**13.6.** A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

**13.7.** A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

**13.8.** As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

**13.9.** A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de

dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

**13.10.** A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

**13.11.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

**13.12.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**13.13.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.14.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**13.15.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**13.16.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias

porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**13.17.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**13.18.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**13.19.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DECIMA QUARTA: PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

**14.2.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I - Página do Município de Coronel Freitas;
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

(LOCAL), (DATA).

_____ Prefeito(a) do Município de XXX	_____ XXX
<b>ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>FORNECEDOR REGISTRADO</b>

1ª Testemunha Nome:	2ª Testemunha Nome:
------------------------	------------------------